

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia
Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sobre a presidência de Manuel Salgado, em
substituição do Presidente da Mesa Laurentino Dias. Atendendo à ausência da segunda
secretária, procedeu-se à eleição, por voto secreto, de entre os membros presentes,
da Primeira Secretária - Clara Marques Mendes e da Segunda Secretária Maria
Cristina Sousa. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia
Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta
minutos
De seguida, pelo Presidente da Mesa, foram anunciados os seguintes pedidos
de suspensão: pelo período de trinta dias, Laurentino José Monteiro Dias, Sílvia
Manuela Fernandes Soares, Manuela Maria Nogueira do Vale Jordão e Isabel Maria de
Oliveira Ferreira, todos eleitos pelo PS; Susana de Fátima Amorim Pinto de Cortez de
Almeida e Armando Cunha Pereira da Mota, ambos eleitos pelo PSD
Pediu a substituição, nesta sessão, o Presidente da Junta de Freguesia de
Ardegão, Arnozela e Seidóes, pelo tesoureiro José Mário Freitas e o Presidente da
Junta de Freguesia de Golães, pelo secretário, Hélio Martins Freitas
Colocados a votação, <i>foram aprovados, por unanimidade</i>
Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se
encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e cinco
Membros
Em seguida, o Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da
Assembleia que ficou à disposição dos Membros, para que, querendo, o consultassem.
Passou para o período de Antes da Ordem do Dia
O Presidente da Mesa comunicou à Assembleia a existência de uma proposta,
subscrita pelos IPF, sobre os trágicos incêndios ocorridos no centro do país, tendo-se,
de imediato, procedido à sua leitura



------Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, e cumprido um minuto de silêncio.----------De seguida, comunicou a existência de uma moção, subscrita pela CDU, sobre o incêndio de Pedrogão Grande, tendo-se procedido à sua leitura.-------------Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.----------Posteriormente, passou-se ao período de intervenções.-----------Fez uso da palavra José Augusto Pereira Rodrigues, eleito pelo PSD, para comunicar que, no passado dia vinte e um, tinha reunido, pela primeira vez, o Conselho da Comunidade de Saúde do ACES, para o qual tinha sido eleito, nesta Assembleia, onde tinha sido discutida qual era a estratégia no triénio de 2017/2020, bem como os problemas que a saúde enfrentava. Prosseguiu, questionando o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do muro de Queimadela, já que na última sessão tinha dito que o mesmo estava entregue ao Ministério Público. Sobre o abastecimento de água às freguesia do norte do concelho, disse que a palavra que lhe tinha sido dada, tinha sido honrada. Terminou, referido-se ao Rally WRC, tendo realçado a organização do mesmo levada a cabo pelo Município, pelo que deu os parabéns à Câmara.-----------De seguida, usou da palavra Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU, para dizer que tinha sido notícia a presença da Polícia Judiciária na Câmara, para verificar alguns procedimentos de ajustes diretos, pelo que solicitou mais informação sobre o assunto. Teceu alguns comentários sobre o recurso, por parte da Câmara, a muitos ajustes diretos, falando na empresa a quem tinha sido adjudicada o "Terra Justa" que tinha sido criada apenas à quinze dias. Solicitou, ainda, informação sobre a beneficiação da Rua Prof. Manuel José da Costa, nomeadamente se a obra já tinha sido paga.----------Foi dada a palavra a Rui Sandro Novais da Silva, eleito pelo PSD, que começou por falar numa das últimas propostas apresentadas pelo seu grupo sobre a transmissão em direto das sessões da Assembleia, que tinha sido aprovada, no entanto ainda não estava em prática. Solicitou, também, esclarecimentos sobre a vinda da Polícia Judiciária à Câmara, tendo colocado à consideração do Presidente da Câmara, a criação de uma auditoria a todos os processos, podendo iniciar a mesma pelos processos em que os Vereadores do PSD, na altura em funções, tinham tido intervenção, estando os



mesmos disponíveis para clarificar todos os procedimentos. Enalteceu o trabalho desenvolvido ao logo deste mandato de todos os Vereadores. Terminou, lembrando as posições tomadas pelo PSD nestes últimos anos, que tinha cumprido a sua missão, que era criar estabilidade institucional perante o executivo e, acima de tudo, cooperação. Tendo cumprido todas as suas promessas eleitorais, como rever o Plano Diretor Municipal, criação do programa de atribuição de bolsas de estudos aos estudantes universitários, horário da biblioteca, centro de convívios, entre outros.------------Usou da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Gontim, Felgueiras e Pedraido que começou por dar os parabéns à Câmara pela execução do projeto de abastecimento de água a Gontim, bem como pelo organização do Rally de Portugal embora, a nível das forças policiais, poderia ter havido mais coordenação com os Presidentes da Juntas, tendo alertado que muito dos policiais destacados não conheciam Fafe, pelo que teve necessidade de no local para indicar às pessoas o caminho para onde elas pretendiam ir. Sobre a Volta a Portugal em bicicleta, perguntou ao Presidente da Câmara se estava prevista alguma intervenção nas estradas a norte do concelho, sendo que as mesmas se encontravam em mau estado, nomeadamente o troço da "Pedra Sentada" da Lagoa até Fafe. Lamentou o facto de, em três anos, o Presidente da Câmara não lhe ter concedido nenhuma audiência, nem com uma cunha do Senhor Padre, uma vez que se tinha deslocado a várias freguesias, acompanhado com os seus colegas. Perguntou se se tratava de algo pessoal ou, então, para quando estava agendada à visita à sua freguesia. Terminou, falando da Escola da Lagoa que continuava na mesma situação e que o problema não tinha sido resolvido porque o Presidente da Câmara assim não quis.----------Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que prestou os seguintes esclarecimentos:------ Sobre o muro de Queimadela, apenas poderia dizer que o processo estava em Tribunal, e não no Ministério Publico;------ Agradeceu os elogios sobre o abastecimento de água e sobre a realização do Rally, mas apenas tinha feito a sua obrigação;------ Relativamente à visita da Policia Judiciária à Câmara, confessou ter ficado espantado com a notícia vinda a público. Tinha tido conhecimento de que dois inspetores tinham



estado nos Serviços, dois dias depois, para consultar um processo da DPGU, um processo relacionado com a Altice e outro com a iluminação pública do Parque da Cidade, tendo procedido à consulta de todos, sem levar nenhum. Prosseguiu, dizendo que no decorrer deste mandato, não era a primeira vez que inspetores da Policia Judiciária se deslocavam aos serviços, habitualmente por questões antigas que nada tinham a ver com este executivo, pelo que a primeira que se tratava de um processo relacionado com o seu executivo, tinha sido logo noticiado. Em nada estava preocupado, até porque existia nos serviços um extremo rigor no cumprimento da Lei:------ Sobre a empresa a quem tinha sido adjudicado o Terra Justa, essa empresa tinha alguns dos funcionários conhecidos e que davam algum garantia de qualidade e eficiência no evento. Referiu que todos os procedimentos eram públicos e que o ajuste direto era legal;------ Sobre os acessos a Travessa Prof. Manuel José da Costa, informou que os trabalhos já tinham sido executados e pagos, tendo sido feito o prolongamento da travessa para permitir o acesso dos autocarros ao estádio do Fafe;------ Relativamente às transmissões em direto, pela internet, entendia que não dependia do executivo, mas sim da Assembleia;------ Em relação a Volta a Portugal, existia uma rede de estradas a precisarem de beneficiação, estando já os serviços a fazer um levantamento das mesmas, sendo a estrada da Lagoa uma delas;------- Terminou dizendo que quanto às visitas às freguesias, ainda não tinham sido feitas todas, apenas uma pequena parte.----------O Presidente da Mesa deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o Período da Ordem do Dia - Ponto dois ponto um - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal. ------------Solicitou a palavra Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU, para solicitar esclarecimentos sobre a reparação de muros de alvenaria de granito no Povoado Castrejo de Santo Ovídio.-----



O Presidente da Camara deu a palavra ao Vereador Pompeu Martins que
prestou os esclarecimentos solicitados
A Assembleia tomou conhecimento
Não havendo intervenção, passou-se, imediatamente, ao Ponto dois ponto dois
- Apreciação e votação de Proposta de Regulamento dos Centros de Convívio;
Foi dada a palavra o Presidente da Câmara que explicou que este regulamento
pretendia criar a forma de a Autarquia poder apoiar e regular os Centros de Convívios
O Presidente da Mesa comunicou que o Grupo Parlamentar do PSD tinha
proposto que o mesmo baixasse à Comissão de Análises dos Regulamentos, pelo que
colocada o assunto à consideração da Assembleia
Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe, para
manifestar o seu espanto pela posição tomado pelo Grupo Parlamentar do PSD, e de
não o ter feito, na última sessão, sobre o Regulamento dos Transportes. Entendia que
o mesmo também devia ter baixado à Comissão, até por ser mais complexo
Foi dada a palavra a Jorge Adélio Matins Pereira da Costa, eleito pelo PSD, para
tecer alguns comentários sobre a intervenção anterior. —
Usou da palavra, também, Alexandre Dias Leite, eleito pelo CDU, para solicitar
esclarecimentos sobre o artigo 9º do Regulamento em discussão
De seguida, foi dada a palavra a Raul Rebelo Cunha, eleito pelo PS, para sugerir
que, independentemente do Regulamento dos Transportes já ter sido aprovado, o
mesmo baixasse agora à Comissão, sendo assim os dois analisados
Solicitou a palavra, Joaquim Magalhães, eleito pelos IPF, para dizer que apenas
poderiam ser apresentadas alterações aos Regulamentos em vigor, por propostas
apresentados pelos deputados, se assim o entendesse
Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação que o
Regulamento baixasse à Comissão de Análises, tendo sido aprovada, por maioria, com
duas abstenções
Passou-se, posteriormente, para o ponto dois ponto três - Apreciação e
votação da proposta da Câmara relativa às Contas Consolidadas de 2016;
Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por dizer que se
tratava de um documento técnico e muito detalhado cujas contas tinham sido



auditadas pela auditoria externa tendo merecido um comentário favorável, sem reparos. Salientou a boa taxa de execução da despesa; uma ainda grande capacidade de endividamento; um enorme e perfeito equilíbrio financeiro, pelo que a Câmara estava numa boa situação financeira e saldo de gerência positiva.-----------Não havendo intervenções, foi colocada à votação tendo a Assembleia deliberou, por maioria, com oito abstenções, aprovar.-----------A seguir, passou-se ao ponto dois ponto quatro - Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à fixação de Derrama – Ano de 2017;----------Usou da palavra o Presidente da Câmara para dizer que, este ano, a proposta tinha uma alteração importante que permitia ajudar as micro, pequenas e médias empresas, com volume de negocio até 150 mil euros, o que não representava uma grande receita para Autarquia, mas, que era importante para todas as pessoas que trabalhavam nas mesmas, pelo que propunha que a Assembleia aprovasse a isenção do pagamento de derrama.-----------Solicitou a palavra Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF, para dizer que esta alteração ia no sentido daquilo que os IPF tinham já propostos, e era uma medida que iria certamente atrair investimentos no concelho.----------Foi dada a palavra a Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU, para perguntar qual era o valor da perda dessa receita.-----------Usaram da palavra Rui Sandro Novais da Silva e Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleitos pelo PSD, para tecer comentários políticos sobre este ponto.----------Pelo Presidente da Câmara foi dito que a receita arrecada pela aplicação da derrama andava à volta dos 400 mil euros, no seu total, o impacto da quebra dessa receita não deveria ser muito significativo, no entanto não poderia informar o número correto.----------Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à sua votação, tendo, sido aprovado, por maioria, com uma abstenção.---------De seguida, passou-se para o ponto dois ponto cinco - Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à fixação do Imposto sobre Imóveis – Ano de 2017;---------Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para dizer que a proposta era exactamente igual à do ano anterior, acolhia a questão das famílias e dos números de



descendentes. Prosseguiu, dizendo que pretendia apresentar uma proposta mais
estruturada que acolhesse o IMI nas suas diversas vertentes, não só nos descontos
mas, também, nos eventuais agravamentos
Solicitou a palavra Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF, para dizer
que esta proposta vinha na sequência de uma outra proposta apresentado pelos IPF
Usou da palavra Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU, para dizer que entendia
que o número de dependentes não eram sinónimo de menor rendimento, pelo que
não acompanhavam a decisão da Câmara
Não havendo intervenções, passou-se de imediato à sua votação, tendo, sido
aprovado, por maioria, com uma abstenção
Passou, para o ponto dois ponto seis - Apreciação e votação de proposta da
Câmara para assunção de compromissos plurianuais para fornecimento de
transportes escolares - ano de 2017/2018;
O Presidente da Câmara explicou que este assunto decorria da lei, esta
proposta era referente aos transportes escolares que compreendia verbas em mais do
que um ano
Não havendo intervenções, passou-se de imediato à sua votação, tendo, sido
aprovado, por maioria, com uma abstenção
De seguida, passou-se para o ponto dois ponto sete - Apreciação e votação de
proposta da Câmara para assunção de compromissos plurianuais para fornecimento
de refeições confecionadas - ano de 2017/2018;
Não havendo intervenções, passou-se de imediato à sua votação, tendo, sido
aprovado, por maioria, com uma abstenção
Passou-se para o ponto dois ponto oito - Apreciação de proposta de Adesão à
Associação Nacional de Assembleias Municipais
Solicitou a palavra José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF, para
dizer que a proposta falava em adesão, pelo que a Associação Nacional de Assembleias
Municipais já existia, por isso entendia que teriam de votar a adesão ou não à mesma e
depois perguntar à Câmara se estava na disposição de pagar, uma vez que achava que a
Assembleia Municipal não tinha autonomia financeira



-----Pelo Presidente da Mesa foi explicado que tinha havido uma alteração nos estatutos desta Associação e que havia necessidade de uma nova adesão.-----------Pelo Presidente da Câmara foi explicado que as Assembleias Municipais estavam a ter, cada vez mais, um papel progressivamente mais relevante na organização autárquica. Prosseguiu, dizendo que, com o processo de descentralização e com a atribuição de maiores competências às autarquias, as Assembleias Municipais irão ter de se desenvolver e de se organizar de uma forma diferente, sendo mais intervenientes, como existia a Associação Nacional de Municípios, também fazia algum existir, também, uma Associação Nacional de Assembleias Municipais. sentido Entendia, por princípio e de natureza pessoal, que se deviam fazer parte de associações.----------Solicitou, novamente a palavra José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF, para dizer que no ponto catorze do texto distribuído, dizia qual o procedimento a adotar, devendo a Assembleia recomendar à Câmara que esta delibere a participação do Município no projeto, para que, então, o executivo municipal proponha à Assembleia que esta delibere, definitivamente, a adesão ou não.-----------Usou da palavra o Presidente da Mesa para dizer que recomendariam à Câmara a participação do Município no projeto, pelo que colocou a mesma à votação, tendo sido, aprovado, por unanimidade, uma proposta de recomendação à Câmara para que esta apresente uma proposta de adesão.-----------Foi dada a palavra ao público, tendo usado da mesma Fernando Miranda para tecer alguns comentários sobre as atividades municipais.----------Terminada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou à votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e oito de abril de dois mil e dezassete, sendo aprovada, por maioria, com três abstenções.---------Não havendo intervenções, foi dada a palavra à Primeira Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.----------Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram zero hora e trinta minutos do dia um de julho de dois mil e dezassete .- E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do



Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----